

fazenda Capivari em Campinas que V. Exa. fez visitar. Tudo na fazenda é vendida. Esta é em franca produção. Tudo o que é vendido os lotes estão realmente residindo na Fazenda Capivari nesse ponto porque é uma grande produção e gosta de imensamente.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Fazenda Santa Helena.

O Sr. Eduardo Barnabé — Conheço a fazenda que é na região de Campinas e já visitei. Gostaria que fosse esclarecido que no caso de Campinas essa denúncia não tem nenhum valor pois a colheita. Pelo contrário, houve um grande número de pretendentes e não foi possível ser atendido ao total, pois o número de inscrições foi muito maior do que os lotes a serem vendidos. Gostaria que V. Exa. visitasse a Fazenda Capivari, que é um modelo que poderia ser adotado, inclusive por empresas particulares, para resolver o problema do regime capitalista, o problema da reforma agrária. A Fazenda Capivari vem destruir completamente o que V. Exa. está lendo. As outras fazendas e os outros planos pilotos não conheço, que não visitei. Mas a Fazenda Capivari eu conheço, é realmente um plano que deveria ser visitado por todos os Srs. deputados desta Casa, dos outros Estados, que está dando ótimo resultado. V. Exa. sabe que sou favorável a uma reforma agrária muito mais drástica: sabe que entendo a reforma agrária com uma despropriedade pelo preço histórico das terras para dali-las efetivamente aos homens que precisam, aos camponeses. Em São Paulo, foi apenas uma experiência que foi muito combatida por muitos dos Srs. deputados. Para aprovação dessa lei ficamos aqui noites e dias, para conseguir uma lei que realmente não é reforma agrária, mas uma experiência do que se poderia fazer no futuro em São Paulo. Ainda não comprehendo. Ilustre deputado, a ligação da carta de V. Exa. com a aprovação das contas. O que V. Exa. deveria é pegar o processo das contas, citar no processo qual as irregularidades praticadas pelo Governador. E V. Exa. o que vem é ler uma carta de campanha eleitoral, de agosto ou setembro... Achô que no caso presente, tanto para os deputados como para o povo de São Paulo, nenhuma influência tem. A campanha eleitoral já acabou. O Sr. Adhemar de Barros foi eleito governador e nós não estamos a discutir candidatos. Gostaria imenso, nobre deputado, que V. Exa. pegasse os processos das contas do Sr. Carvalho Pinto e mostrasse em quais as contas não estão perfeitas. Mas, infelizmente não só V. Exa. como todos os outros Srs. deputados que têm ocupado a tribuna, dão a impressão, com todo o respeito que V. Exa. merecem, de que nem sequer leram o processo de contas do Sr. Governador.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Nobre deputado Eduardo Barnabé. V. Exa. vê as coisas por um prisma azul. V. Exa. parece que está sofrendo influências mágicas dos Campos Elíssios. Mas nós estamos examinando um documento, documento registrado no 10º Tabelião, com firma reconhecida, e que contém uma denúncia, denúncia que não foi contestada pelo Sr. Governador. E acha V. Exa. pouco importante isso. Achô que se deve aprovar de afogadilho as contas do Sr. Governador. Nobre deputado, V. Exa., na verdade, está sofrendo influência dos Campos Elíssios. Eu acredito que é V. Exa. quem desconhece mesmo as contas do Sr. Governador. Elas devem merecer um exame cuidadoso, pois desejo saber, inclusive, como foi financiada a campanha eleitoral do Sr. José Bonifácio... Há aqui denúncia sobre a Secretaria da Agricultura, de responsabilidade do Sr. José Bonifácio. Ou quer V. Exa. que as contas do Sr. Governador passem por esta Casa apenas para que os Srs. deputados tómem conhecimento do que fôr lido da tribuna, sem que as examinem para saberem se são verdadeiras, se representam a expressão da verdade. Quero votar com a consciência tranquila, quer aprovando-as ou desaprovando-as. Quero ter a sensação de ter cumprido o meu dever. Mas não votarei a favor destas contas diante destas denúncias, e desejo responsabilizar o Sr. Governador por crime de responsabilidade.

O Sr. Eduardo Barnabé — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Quando V. Exa. se aproximou do microfone já o nobre deputado Camillo Ashcar havia solicitado o aparte, que eu concedo neste momento.

O Sr. Camillo Ashcar — Nobre deputado Murillo Sousa Reis, V. Exa. há de permitir que eu observe sobre o seu discurso apaixonado e inflamado o seguinte.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Perdão, Exceléncia, não estou apaixonado, como V. Exa. acha de dizer. Examino friamente. O Sr. Camillo Ashcar — Mas é a impressão que dá a quem o ouve. Verifica-se que V. Exa. está interessado em examinar as contas do Sr. Governador, o que já é raro nesta Assembleia. E eu lamento observar este fato, porque o princípio dever da Assembleia Legislativa não é apenas aprovar orçamentos que autorizam o manejo do dinheiro público pelo Sr. Governador, mas sim tomar-lhe oportunamente as respectivas contas. E' dever primordial da Assembleia a que ela se veta furtando por manobras políticas. Quanto ao exame das contas, o que V. Exa. fez foi apenas reproduzir denúncia feita noutra casa legislativa. Elas envolvem, efectivamente, a política interna atual do partido de V. Exa. Mas eu aceitaria ouvir V. Exa. três, quatro, cinco horas, quantas o regimento permitisse, desde que V. Exa., em tomado nas mãos as contas do Prof. Carvalho Pinto, indicasse quais as contas que repudia e por que, examinasse secretaria por secretaria do Estado e apontasse no processo qual a verba, qual a rubrica, qual a despesa que merece impunidade que deva ser acolhida por seus pares. Mas o que V. Exa. faz é diferente. Aponta uma denúncia ingênua, de caráter político, e tenta colocá-la como preliminar de exame de contas, contas que são técnicas e que requerem exame técnico. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, onde pontificam ministros que não têm a corrente político-partidária do Sr. Governador do Estado, o Prof. Carvalho Pinto, foram todos unânimes em aprovar as contas. Elas estão aqui para nosso exame. Gostaria de que V. Exa. pegasse as contas do Prof. Carvalho Pinto, segundo o aviso de que dispõem, dissesse: esta verba foi usada indevidamente aquêle orçamento não foi cumprido, esta despesa foi ilegalmente autorizada. Então ouviríamos V. Exa. com muito maior atenção do que fazendo esta crítica geral, difusa, que cria dúvidas nos meus avisados mas que não pode convencê-los. Por outro lado, finalizando o meu aparte, desejo dizer a V. Exa. já refutando os seus argumentos, que V. Exa. gostaria de comparar as despesas feitas nas secretarias de Estado durante as administrações de Jânio Quadros e de Carvalho Pinto. Claro que V. Exa. há de encontrar desordem nas despesas. Os orçamentos cresceram de maneira assustadora, duplicaram-se as verbas. Ultimamente as arrecadações alcançaram níveis jamais sonhados no Estado de São Paulo. Só a inflação dará um aumento fabuloso nas despesas das secretarias de Estado. Sem qualquer outro exame, este não é um argumento para V. Exa. refutar as contas do Sr. Governador do Estado. Da atitude que V. Exa. assumiu ao ascender à tribuna em esperada uma denúncia concreta, objetiva, mas não esta crítica feita por um seu companheiro de partido, merecedor do maior respeito, mas que está, todavia, envolvendo problema político-partidário num problema técnico, que é o exame das contas do Sr. Governador do Estado.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Nobre deputado Camillo Ashcar, inicialmente desejo rebater duas afirmações que V. Exa. fez e que não representam a verdade. Primeiro, não faço parte do Partido Libertador, mas sim do Movimento Trabalhista Renovador. Segundo, o documento não foi lido em outra casa mas na Assembleia Legislativa.

O Sr. Camillo Ashcar — Já ouvi referências a ele fora daqui também.

— (É dado um aparte sem solicitação).

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Foi lido aqui. Vou lê-lo novamente.

O Sr. André Nunes Júnior — No Pequeno Expediente peritem que fôr publicado, que constate como tendo sido lido.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Constata no "Diário Oficial":

O orador N: "São Paulo, 14 de maio" etc. etc. Passarei o recorte a V. Exa., que verá que o documento aqui foi lido.

O Sr. Camillo Ashcar — Este incidente não muda a verdade que disse de tribuna.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — V. Exa. entende que o documento tem pouca importância e até pode dizer que é político.

O Sr. Camillo Ashcar — É inegável que é político, pela forma como está escrita e dado o modo pelo qual foi divulgado.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — De maneira que V. Exa. entende que essa denúncia dessa natureza, lida dessa tribuna, assim como na da Câmara Municipal de São Paulo, com firma reconhecida do Presidente do Diretório Regional do Partido, registrada no 10º Tabelião, não tem a mínima importância?

O Sr. Camillo Ashcar — Se tivesse a importância que V. Exa. lhe quer dar, os seus signatários teriam entrado em juízo para processar o Sr. Governador.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Espero que V. Exa. tenha paciência. Dar-lhe-ei quantos apartes forem solicitados. Mas espere que eu concorde.

O Sr. Camillo Ashcar — Aguardarei, para responder.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — V. Exa. acha que não entrei na realidade na consideração das contas do Governador Carvalho Pinto. Faço-lhe. Quando o fiz, espero que V. Exa. esteja no plenário, atento, a fim de contestar, quem sabe, para me ensinar, para que possa aprender e votar até favoravelmente à aprovação das contas do Sr. Governador. Espero que V. Exa. possa informar, com os argumentos necessários, para que eu possa votar com a consciência tranquila. Enquanto isto não acontecer, V. Exa. há de convir em que é direito que me assista vir à tribuna fazer uma denúncia gravíssima em vez de aprovar,

de apresentar as contas do Sr. Governador que dêem-se, eventualmente, resultados.

O SR. EDUARDO BARNABÉ (com assentimento do orador) — Ela interessante que logo 14 dias depois, imediatamente V. Exa. propôs o deputado, ou não o deputado. Não sei 140, imediatamente como V. Exa. não apontou, que este na tribuna onde os funcionários lhe servem de sala de reuniões, que os deputados, de pronto, são obrigados a ir à sala do deputado para tomar água, se quiserem. E, em decorrência de V. Exa. — que é deputado-membro de grupo, sabe que numa parlamento, no regime democrático, todos os deputados têm direito de ir à tribuna de acordo com o Regimento Interno. E' fato durante o tempo que lhe fôr permitido — é um direito de V. Exa. e de outros deputados, obstruir a aprovação das contas do atual governador e, naturalmente por tabela, obstruir as contas do ex-governador Jânio Quadros. (Pausa.) O que nos causa estranheza, primeiro, é a falta de elegância de V. Exa., quando estou aparteando V. Exa., virar as costas e se dirigir ao Sr. Presidente. V. Exa. sabe que isso é, em resumo, podemos dizer, falta de educação. Depois, causa-nos estranheza V. Exa., ficar na leitura de uma carta já do conhecimento de todos a Casa, pois foi realmente lida no Pequeno Expediente e publicada no "Diário Oficial". Mas não podemos ter, porque um cidadão representa um partido ou um diretório, principalmente quando está em luta interna e em luta contra o Governo de São Paulo, não podemos ter como boas essas denúncias. O ilustre denunciante poderia perfeitamente ter ingressado com uma petição em juiz. O que nós queremos, eu pelo menos, pela honestidade, pela conduta do atual governador, é que nos prove o contrário, que essas contas não são boas.

Ora, para que nos prove que elas não são boas, é necessário que, através dos processos que estão nesta Casa, seja citado, por V. Exa., ou outros deputados, da oposição, que tais e tais verbas foram desviadas e que realmente o Governador se apropriou das coisas públicas para seu interesse pessoal ou para o interesse de terceiros. Desde que V. Exa. prove isto, V. Exa. tem este deputado como companheiro nas críticas e na luta que faz.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — É preferível a amizade dos Campos Elíssios...

O SR. EDUARDO BARNABÉ — V. Exa. está me confundindo muito com V. Exa. O que V. Exa. está realmente querendo fazer é média com o governo que vai tomar posse no dia 31. E' isso o que V. Exa. está querendo.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar a campainha) — O tempo do aparte de V. Exa. está terminado.

O SR. EDUARDO BARNABÉ — O que nos interessa, nobre deputado, não são estas discussões que pouco importam, só fazer perder tempo, dinheiro e papel da taquigrafia e do "Diário Oficial". Eu ficarei atento à discussão das contas do governador. Daqui ou da bancada ficarei atento ao discurso de V. Exa. e aguardarei as denúncias concretas que V. Exa. irá, através deste microfone, trazer ao conhecimento da Casa e de São Paulo. Aguardaremos, para verificar se V. Exa. está realmente agradando o futuro governador, ou se está realmente obstruindo, enfim, fazendo isso tudo que o povo detesta, detesta mesmo, nos homens que procuram fazer, do seu mandato, o jogo da sua grei política, o jogo de interesses pessoais, visando, sem provas concretas, denúncias que no final, sabe V. Exa., serão destruídas. Aguardamos, pois, as denúncias concretas, porque até agora V. Exa. não fez mais nem menos do que gastar o tempo e o dinheiro do Estado, através do material da taquigrafia e do "Diário Oficial".

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Acabou, nobre deputado Eduardo Barnabé?

A única coisa que consegui aproveitar do aparte de V. Exa. foi a lição de ética, que recebi como homenagem a Campinas, que V. Exa. brilhantemente representa nesta Casa.

— (São dados apartes anti-regimentais)

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar fortemente a campainha) — A Presidência informa ao nobre deputado Eduardo Barnabé que os apartes devem ser solicitados. A Taquigrafia não registrará os apartes não solicitados.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Não deve mesmo, Sr. Presidente, para não gastar papel. Tem razão V. Exa.

O SR. ARRUDA CASTANHO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Acabarei de ler o documento e em seguida darei o aparte a V. Exa.

(Lê) — "Ai está a imoral atitude do governador, mandando seu secretário do governo procurar cada um dos eminentes desembargadores, pedindo que incluissem na lista tríplice, para preenchimento de vaga no Poder Judiciário, o nome do sr. Augusto Mamede Costa Júnior, atitude imoral porque este a lista tríplice já viria com carta marcada".

— (São dados apartes anti-regimentais)

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — Nobre deputado Eduardo Barnabé, a Presidência solicita a sua cooperação.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Nobre deputado Eduardo Barnabé, secahei de solicitar a lição de ética que V. Exa. me deu há pouco, numa homenagem à cidade de Campinas, que V. Exa. brilhantemente representa nesta Casa, mas espero que V. Exa. não tenha que receber também uma lição de ética. Permita-me que continue: é falta de ética interromper o orador.

— (São dados apartes anti-regimentais)

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — A Presidência avisa ao nobre orador que lhe restam somente dois minutos do seu tempo.

O SR. ARRUDA CASTANHO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MURILLO SOUSA REIS — (Lê) — Felizmente, os eminentes Juizes não aceitaram a intromissão do honoradíssimo Governador. Não se esconde a hipocrisia do governador. Aliás, seu pai já era assim, e meu avô, Coronel Virgílio Rodrigues Alves, já dizia do sr. Virgílio Pinto, pai do atual detentor dos Campos Elíssios: "O Virgílio é da família mas não é amigo". Igualmente o Sr. Carvalho Pinto nunca foi à missa com os Rodrigues Alves, embora traga o nome no santo, escondido, porque sempre preferiu não assinalá-lo". É o escândalo da compra da Companhia Paulista?

Esta é uma nova denúncia, que na opinião do nobre deputado Camillo Ashcar e do nobre deputado Eduardo Barnabé não tem a mínima importância. Esta Casa deve assumir a responsabilidade da aprovação das contas que sequer foram examinadas.

— (São dados apartes anti-regimentais) O Sr. Presidente faz soar fortemente a campainha.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Aqui está uma denúncia que merece a consideração dos Srs. deputados. Os Srs. parlamentares não podem deixar de examinar esta denúncia. É uma verdade que ela traz através de um documento assinado e registrado em cartório.

O SR. CAMILLO ASHCAR — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Queira consultar o orador que está na tribuna.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — De maneira que não se pode aprovar contas de afogadilho, sem examinar estas denúncias, se procedem ou não. Se não procedem, votarei a favor. Se tiverem realmente procedência, votarei contra. E o escândalo da compra do Lôdige Aéreo? Outro escândalo. É a denúncia que se faz através dessa carta.

— (São dados apartes anti-regimentais)

O SR. PRESIDENTE faz soar fortemente a campainha.)

O SR. MURILLO SOUSA REIS — (Lê) — "E o escândalo da compra da Companhia Paulista? E o escândalo da compra do Lôdige Aéreo? Enfim, caros companheiros, isso tudo é coisa para se provar na praça pública durante a atual campanha eleitoral".

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — A Presidência informa ao nobre deputado Murilo Sousa Reis que o seu tempo está esgotado. Tem a palavra o nobre deputado Cardoso Alves.

O SR. CAMILLO ASHCAR (Para reclamação) — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, no decorrer de estes acalorados debates, solicitei a palavra para questão de ordem e V. Exa., cumprindo o Regimento Interno, respondeu que só me poderia conceder a palavra com permissão do orador. Mas V. Exa. não consultou o orador, nem o orador quis ouvir, e acredito que V. Exa. se quisesse consultá-lo, não poderia ser ouvido. O que é lamentável é que eu não tenha podido formular a questão de ordem, que era para cobrar com V. Exa. no sentido de manter na ordem dos trabalhos. Mas um orador, que se diz democrata, investiu contra seus colegas, à guisa de refutar críticas e não permitiu apartes. De modo que não tendo eu outra oportunidade para demonstrar o acerto de minhas afirmações e a falta de fundamento de quem deveria falar sim sim, não não, ao cuidar do assunto tão sério da tribuna, peço a V. Exa. que me inscreva para discursar em seguida.

O SR. PRESIDENTE — De acordo com o Regimento Interno, V. Exa. deve fazer o seu registro no livro competente.

Com a palavra o nobre deputado Cardoso Alves.

O SR. CARDOSO ALVES (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, esta Assembleia vem sendo instistente chamada ao exame das contas do eminente Prof. Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, que se prepara para deixar o governo. Como ainda há pouco afirmava o nobre deputado Camillo Ashcar, cumpre à Assembleia emitir o seu ponto de vista sobre a contabilidade, sobre os registros técnicos referentes às contas do Sr. Governador. O nobre deputado